



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-553-2 DOI 10.22533/at.ed.532192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INSERÇÃO DA INFORMÁTICA NA FORMAÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA NO SERTÃO PARAIBANO	
Vitor Abílio Sobral Dias Afonso Lilian Maria Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921081	
CAPÍTULO 2	14
A IOT NAS BASES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS A JOVENS E ADULTOS	
Romeu Afecto Jane Cardote Tavares Adriana Aparecida de Lima Terçariol	
DOI 10.22533/at.ed.5321921082	
CAPÍTULO 3	25
A PRÁTICA EDUCATIVO-PROGRESSIVA AUTÔNOMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA NO ENSINO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS	
Alexandre César Batista da Silva Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Elyrouse Cavalcante de Oliveira Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921083	
CAPÍTULO 4	37
AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM COMO INDICADOR DA QUALIDADE EDUCACIONAL	
Ubaldo de Jesus Fonseca Mário Marcos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5321921084	
CAPÍTULO 5	49
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS AGRURAS NO ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL	
Ivete Janice de Oliveira Brotto Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes Rosane Toebe Zen Tatiana Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.5321921085	
CAPÍTULO 6	60
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – UMA TRAMA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO	
Luciana Cordeiro Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.5321921086	

CAPÍTULO 7	74
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB	
Mirian Souza da Silva	
Cleudilanda Paula Pimenta	
Maria Dulciléa Bezerra Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921087	
CAPÍTULO 8	86
BASES TEÓRICAS DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA BÁSICA	
Cinthya Maduro de Lima	
Dinair Leal da Hora	
DOI 10.22533/at.ed.5321921088	
CAPÍTULO 9	98
CIDADANIA PLANETÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	
Ana Cláudia Farias Gomes	
Brena Samyly Sampaio de Paula	
Nery Lourdes Braz de Sousa	
Renata Faustino dos Santos Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921089	
CAPÍTULO 10	105
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Angélica Tommasini	
Luciane Inocente	
Ana Sara Castaman	
DOI 10.22533/at.ed.53219210810	
CAPÍTULO 11	115
CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À CRÍTICA AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rodrigo Simão Camacho	
Bernardo Mançano Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.53219210811	
CAPÍTULO 12	137
CURRÍCULO ESCOLAR FREIREANO: POSSIBILIDADE DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NEGRA	
Ana D’Arc Martins de Azevedo	
Ivanilde Apoluceno de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210812	
CAPÍTULO 13	149
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: ENFRENTAMENTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Dejacy de Arruda Abreu	
Ozerina Victor de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210813	

CAPÍTULO 14	161
DIFICULDADES PARA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adonias Guimarães de Santana Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210814	
CAPÍTULO 15	174
DISCURSO NA LITERATURA INFANTIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	
Aguinaldo da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210815	
CAPÍTULO 16	184
DOCÊNCIA NO BRASIL – POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDOS NA RBEP (1944 A 1946) AOS ATUAIS	
Maria Dulciléa Bezerra Chaves Mirian Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210816	
CAPÍTULO 17	196
EDUCAÇÃO DOMICILIAR: UM DESAFIO PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Natanael Pereira da Silva Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.53219210817	
CAPÍTULO 18	209
EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Juliana Maria Queizi	
DOI 10.22533/at.ed.53219210818	
CAPÍTULO 19	218
EMPREENDEDORISMO INTERDISCIPLINAR: DA ACADEMIA AO MUNDO PROJETOS DE ENSINO E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Gilson Luiz Rodrigues Souza Tiago Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210819	
CAPÍTULO 20	227
ESTÉTICAS TECNOLÓGICAS, PERCEPÇÕES SENSÍVEIS E ARTE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO	
Aliana França Camargo Costa Ana Lara Casagrande	
DOI 10.22533/at.ed.53219210820	
CAPÍTULO 21	236
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES ADOLESCENTES	
Lisliê Lopes Vidal Edna Rosa Correia Neves	
DOI 10.22533/at.ed.53219210821	

CAPÍTULO 22	251
ESTRATÉGIAS LEITORAS EM AMBIENTES DIGITAIS	
Luíza Selis Santos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.53219210822	
CAPÍTULO 23	263
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS SOBRE CONSCIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE A PARTIR DA INTERVENÇÃO DA EDUCADORA MARIBEL BARRETO	
Juliana Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53219210823	
CAPÍTULO 24	275
FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE RECORTE TEÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	
Heliasmyne Asthiliem Nascimento de Almeida Edir Vilmar Henig	
DOI 10.22533/at.ed.53219210824	
CAPÍTULO 25	287
FORMAÇÃO DOCENTE E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM SALA DE AULA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS	
Luciene de Moraes Rosa Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci Marly Augusta Lopes de Magalhães Elídia Paula Cristino Bernardes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210825	
CAPÍTULO 26	296
IMPORTÂNCIA DA ARTE E DE RECURSOS AUDIOVISUAIS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	
Adrielly Ferreira Silva Augusto Monteiro Souza Rivete Silva Lima Nadja Larice Simão Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.53219210826	
CAPÍTULO 27	309
INDICADORES DE QUALIDADE NA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: A IDENTIDADE PROFISSIONAL EM QUESTÃO	
Josimar de Aparecido Vieira Marilandi Maria Mascarello Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210827	
CAPÍTULO 28	326
INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DO REDUCIONISMO À MUDANÇA EPISTEMOLÓGICA	
Ana Cristina Souza dos Santos Akiko Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210828	

CAPÍTULO 29	338
INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS À LUZ DO PENSAMENTO COMPLEXO	
Marilete Terezinha Marqueti de Araujo	
Taís Wojciechowski Santos	
Ricardo Antunes de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.53219210829	
CAPÍTULO 30	349
INTRODUZINDO O DESIGN DE INTERAÇÃO NO CURSO DE EDITORAÇÃO: CRIATIVIDADE NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS DIGITAIS DE ÚLTIMA GERAÇÃO	
Maria Laura Martinez	
DOI 10.22533/at.ed.53219210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	362
ÍNDICE REMISSIVO	363

FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE RECORTE TEÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Heliasmyne Asthiliem Nascimento de Almeida

Universidade Federal de Mato Grosso
Rondonópolis – Mato Grosso

Edir Vilmar Henig

Universidade Federal de Mato Grosso
Rondonópolis – Mato Grosso

RESUMO: O debate em torno da Educação Superior no Brasil é constante e não menos atual, visto que enfrentamos importantes ataques neoliberais pela desconstrução deste importante instrumento de desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, este texto se propõe debater algumas definições de políticas públicas, enfatizamos a importância das concepções de políticas públicas educacionais e os impactos na sociedade, conseqüentemente, a implementação dessas políticas. Como objetivo, definimos ainda algumas políticas públicas destinada ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior para serem discutidas e analisadas. Nos utilizamos de referencial teórico crítico e ligeiras observações empíricas como embasamento metodológico. Justificamos então que é importante para a sociedade e para a academia este tipo de debate para tentarmos fazer resistência aos movimentos políticos conservadores.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Políticas

Públicas. Educação Superior.

ABSTRACT: Debating Higher Education in Brazil nowadays is not only necessary, but also a current issue, since we've been facing substantial neoliberal attacks against this important social and economic development tool. This article intends to discuss some definitions of public policies and their impact on society. It emphasizes the importance of these definitions and the consequences of these public policies implementation. The research aims to define, discuss and analyze some public policies concerning to access and permanence of higher education students. The methodology was developed through a critical theoretical basis and enriched by empirical evidences. The paper evinces the importance of this debate to the University and society as a resistance tool against conservative political movements.

KEYWORDS: Education. Public Policies. Higher Education.

1 | INTRODUÇÃO

O Estado, enquanto responsável por estabelecer o controle e poder social, utilizando como instrumento para este fim a edição de normas para o cumprimento pela sociedade, mostra-se preocupado e para isso promove a

elaboração de políticas que corroboram com a democratização do acesso a melhores condições de vida aos cidadãos, ou seja, para o bem comum.

Abordar o tema de formação de políticas públicas é um assunto que abrange todos os segmentos da sociedade e tem como principal protagonista, o governo enquanto ente estatal. A formação de políticas públicas define um momento próprio da política enquanto uma condição de participação de forma livre, pois o cidadão é capaz de se posicionar (ou não) sobre a formação e avaliação de uma política que irá influenciar o meio no qual está inserido. Quando se trata da coisa pública, tratar especificamente do assunto políticas públicas educacionais remete ao cumprimento dos deveres constitucionais do Estado para com a sociedade.

As políticas públicas educacionais se consolidam como mecanismo para o desenvolvimento do país e para o estabelecimento de uma população instruída e empoderada. Para que as políticas públicas educacionais sejam efetivadas satisfatoriamente, “[...] a educação deve ser ponderada como prioridade e concebida como essência principal para o equilíbrio cultural e social” (BASTOS, 2017).

A apresentação do tema de políticas públicas será feita de forma sucinta e a exposição da temática não esgotará o arcabouço de estudos já realizados, tampouco pretende-se inferir questionamentos inquietantes, e sim, apenas reflexões passíveis de agregação de conhecimento e reflexões críticas sobre a temática.

Diante das concepções apresentadas, pode-se indagar sobre qual a importância da formação de políticas públicas educacionais para o acesso e permanência no ensino superior no país por parte dos beneficiários destas ações estatais?

Em consonância com tal indagação, objetiva-se através dessa pesquisa atingir o pressuposto macro de descrever sucintamente as características da formação de políticas públicas com foco em políticas educacionais do ensino superior. Mais minuciosamente, pretende-se: a) apresentar genericamente a formação das políticas públicas; b) descrever a formação e ocorrência das políticas públicas na educação; e c) demonstrar a importância das políticas públicas educacionais no ensino superior como medida de democratização da educação.

A pesquisa desenvolvida, teve como referencial teórico, diversas publicações em bases de dados científicos, como revistas científicas e materiais em formato digital disponível na rede mundial de computadores. Sempre com foco no tema de formação de políticas públicas e/ou políticas públicas educacionais, o que acarretou em um recorte teórico com utilização de estudos com predominância entre os mais conhecidos pela comunidade científica.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS: ORIGENS E CONCEITOS

Ao longo da história, o Estado tem assumido protagonismo ativo para o desenvolvimento do país nas suas mais variadas formas. Uma análise a partir das

características que o Estado assume enquanto interação com a sociedade nos permite ter Estados socialistas, protecionistas, liberais, neoliberais.

Nesta perspectiva, as políticas públicas surgem a cena como ações estatais para suprirem demandas sociais das mais variadas formas. Estas ações têm por objetivos trazer equidade, inclusão, acesso a bens e serviços, que mediante o sistema econômico vigente, ficam impossibilitadas de adquirirem no mercado capitalista.

Os debates sobre políticas públicas originam-se da ciência política, mas na contemporaneidade, se tornou uma disciplina inter, multi e transdisciplinar, passando por diversas áreas do conhecimento, e produzindo reflexões e pensamento que buscam oferecer respostas à problemas sociais. Neste sentido, “o surgimento do campo de políticas surge então não como uma ruptura da ciência política, mas como uma ramificação da mesma, com proposta de categorias analíticas diferentes” (SANTOS, 2017, p. 4). A partir dos estudos sobre ciência política, as pesquisas sobre políticas públicas são iniciadas, principalmente quando as discussões permeiam o dever do Estado para com a sociedade.

O Estado é o ambiente de disputa entre os vários sujeitos sociais, em que um busca trazer a discussão suas próprias demandas. Este espaço é ocupado por sujeitos diferenciados o que torna a luta por protagonismo desigual, uma vez que, a concepção social é pautada em desigualdade. Dentre a gama de problemas sociais, o estabelecimento de políticas públicas parte da preocupação de inserção social da camada mais pobre da sociedade e dos grupos de grande representatividade (SANTOS, 2017).

Resumidamente, pode-se entender que a definição de política pública parte da participação popular na tomada de decisão das responsabilidades estatais perante a sociedade. De diferentes maneiras, a participação popular tomou formas que garantem de maneira direta ou não a ação da sociedade, atualmente, a principal atuação se dá através de representantes escolhidos por voto nas eleições dos diferentes cargos políticos. A participação do ator estatal sempre foi fortemente marcada, contudo não caracteriza que esse é o único ator responsável (OLIVEIRA, 2010).

Ainda de acordo com Lucchese (2004), podemos entender políticas públicas como sendo ações do governo que buscam a regulação social, e desta forma, influenciam as realidades sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e espaciais. A perspectiva apresentada torna a formulação de políticas públicas e suas implementações são determinados por grupos sociais que demandam seus interesses aos entes estatais, influenciando suas decisões.

Durante a era Vargas de 1930 a 1945, surgem as políticas públicas, no Brasil. Inicialmente com um viés trabalhista que posteriormente foram ampliadas para os contextos da saúde, habitação e educação (FREITAS, 2009). No momento histórico pelo qual o país passava, as políticas públicas, possuíam caráter mais grupal do que social, pois o foco de atendimento das políticas públicas se dava de forma mais focada em categorias sociais e não em toda a sociedade. Em seguida, por volta de

1980, após o período militar as políticas públicas passam a serem estendidas a toda a sociedade com o apoio da promulgação da Constituição Federal de 1988.

No entanto, a implantação de políticas públicas pode sofrer algumas problemáticas. Dentre os possíveis problemas de execução de políticas públicas, nota-se as dificuldades de previsão de disfunções rotineiras, o que prejudica diretamente a efetivação da política pública. Diante das dificuldades do dia a dia, a emancipação dos gestores que decidem sobre a implementação das políticas é requisito essencial para o estabelecimento de uma política eficiente (SANTOS, 2017).

Os tipos de políticas públicas segundo os estudos de Lowi (1964) *apud* Secchi (2010) são entendidos como quatro, sendo eles, a política regulatória que através de leis e normas estabelecem as diretrizes sociais para os atores públicos e privados. Nas políticas distributivas, há o atendimento de demandas sociais de grupos específicos. Já no caso das políticas redistributivas, há o atendimento de parcela da sociedade a partir da onerosidade gerada a outros grupos. Por último, temos as políticas constitutivas, que se baseiam nas normas ou regras para a criação de políticas públicas, se diz como o tipo de política soberana, pois é a partir dela que as outras políticas nascem.

O Quadro 1 foi elaborado para apresentar os tipos de políticas públicas existentes no país.

ÁREA DA POLÍTICA PÚBLICA	EXEMPLOS
Saúde	Entrega gratuita de remédios pelo Sistema Único de Saúde
Educação	Escola em tempo integral
Segurança	Instalação das Unidades de Polícia Pacificadora
Meio Ambiente	Atendimento dos Protocolos e Acordos Internacionais
Saneamento	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Habitação	Programa Minha Casa Minha Vida
Emprego	Programa Menor Aprendiz Legal
Economia	Regime de câmbio flutuante
Assistência Social	Campanha do agasalho
Cultura e Esporte	Lei Rouanet
Infraestrutura	Programa de Aceleração do Crescimento

Quadro 1 – Exemplos de Políticas Públicas

Fonte: Adaptado de Secchi (2010).

Para que essas políticas possam ser pensadas e depois implantadas, há um caminho a ser seguido que será descrito na próxima seção.

3 | FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo de políticas públicas se utiliza de referenciais dos mais diversos

universos disciplinares, mas isso não significa que este ramo de investigação seja um somatório de conhecimento, antes é uma seleção de metodologias, técnicas de análise e referenciais conceituais e teóricos que sustentam as pesquisas nesta área de conhecimento.

Para Secchi (2010), políticas públicas nada mais são do que metodologias que implicam diretamente na sociedade, através de decisões de entes que concretamente ou de forma abstrata, estabelecem que uma ação deve ser realizada ou que um novo procedimento deve ser implementado sempre visando o bem-estar social.

Uma política deve atender as demandas advindas da sociedade e os seus anseios, ou seja, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010, p. 2). As características das políticas públicas, são as seguintes:

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p. 2).

O atendimento das solicitações sociais obedece a partir da formulação de políticas públicas, duas abordagens reconhecidas, a abordagem estadocêntrica e a multicêntrica. No caso da diretriz estatista, o protagonista é o Estado. “Nesta perspectiva, afirma-se que o poder imperativo do Estado é a característica basilar, encontrada em boa parte das definições de políticas públicas” (RAEDER, 2014, p. 124). O Estado é o detentor do monopólio do ciclo de políticas públicas, sendo a abordagem a ser utilizada neste estudo.

Na abordagem policêntrica, o intervencionismo e atuação de empresas privadas é notório na formulação de políticas públicas. Com base em teorias da governança pública, redes de políticas públicas e coprodução do bem público, o processo decisório de políticas públicas fica a cargo de diversos grupos (RAEDER, 2014).

Nessa segunda concepção, considera-se pública, apenas as políticas que atenda toda a sociedade. Atualmente, todas as esferas e poderes públicos demandam a construção de políticas públicas. A partir dos novos conceitos sobre direitos sociais com a Carta Magna, a pluralidade de direitos que assistem os mais carentes e as camadas mais enfraquecidas da sociedade vem crescendo cada vez mais e tornando pública, toda a política de bem-estar social (TEIXEIRA, 2009). “Resumidamente tem-se que a abordagem estatista adjetiva o termo política em função do decisor e a abordagem multicêntrica adjetiva em função do objetivo da política” (LIMA, 2012, p. 52).

Para a obtenção de uma visão ampliada sobre o tema, a discussão permeia diversos segmentos de debates públicos que envolvem diversos interesses e rompe com o paradigma da administração estatal (BERGUE, 2013).

Cabe ressaltar a importância de partidos políticos, representantes políticos que propõem medidas de saneamento para a promoção da inclusão social e a promoção

da democratização da educação, saúde e segurança (LOPEZ; BORGES; SILVA, 2018).

Para atender as demandas sociais, o presidente da república deve conseguir autorizar junto a seus pares os projetos que promovam as inserções sociais. Ainda, enfatiza-se que “entre os desafios contemporâneos no campo da gestão pública reside (ainda) o da análise de políticas públicas, em suas fases usualmente definidas como de formulação, de implementação e de avaliação” (BERGUE, 2013, p. 86).

[...] fazem parte da política social brasileira: previdência social, benefícios a servidores, emprego e defesa do trabalhador, desenvolvimento agrário, assistência social, alimentação e nutrição, saúde, educação, cultura, habitação e urbanismo e saneamento básico (JESUS, 2014, p. 3).

Para compreender o ciclo de políticas públicas, deve-se entender que “mais importante do que a sequência que o ciclo apresenta é o entendimento de que a política pública é composta por estágios que possuem características específicas” (RAEDER, 2014, p. 127). O ciclo em si, possui fases que englobam todo processo de gerenciamento de uma política, como pode ser observado na Figura 1 abaixo.



Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas

Fonte: Adaptado de Lopes, Amaral e Caldas (2008)

Com base em Lopes, Amaral e Caldas (2008), na primeira fase do ciclo de políticas públicas, temos a identificação do problema público, que consiste em atividades de reuniões com grupos organizados da sociedade e através das análises de índices governamentais sobre as principais demandas sociais. Com base nesses diagnósticos é possível passar a próxima fase de formulação de políticas.

Na segunda fase, após a constatação do problema público, há a inserção da demanda na Agenda Governamental. Posteriormente, o planejamento de atendimento

da demanda é formulado, gerando objetivos a serem atingidos.

Em seguida, na terceira fase, é o momento em que as decisões são tomadas com o objetivo de atender ao planejamento traçado com base na Agenda Governamental. Já na fase de implementação, “o planejamento e a escolha são transformados em atos” (Lopes, Amaral e Caldas, 2008, p. 15). Os atores definidos na fase de planejamento da política pública são responsáveis por providenciar as atividades de execução da política. Cita-se que há dois modelos de execução das políticas públicas o de “Cima para Baixo (que é a aplicação descendente ou, em outras palavras, do governo para a população) e o de Baixo para Cima (que é a aplicação ascendente ou da população para o governo)” conforme Lopes, Amaral e Caldas (2008, p. 15).

Por último, a fase de avaliação consiste em uma etapa que pode ser utilizada no fim do processo ou antes disso, devido sua importância para mensurar a eficácia e os impactos da implantação da política pública.

Ainda segundo, Lopes, Amaral e Caldas (2008), as políticas públicas devem cumprir algumas funções sociais, são elas, a de promoção do bem-estar social entre os cidadãos, ser exequível, buscar a redução das incertezas, ser pontual, ser ampla e promover a inserção social.

4 | FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Historicamente, a educação foi protagonista de políticas educacionais no contexto brasileiro, sendo assim, essas políticas se caracterizam como “[...] a ação do Estado com vistas à ordenação de um sistema de educação ou formação e se realizam por meio da prestação de serviços educacionais, tendo as escolas como o meio principal” (JESUS, 2014, p. 3). Cabe salientar que a democratização da educação no Brasil, ultrapassa os parâmetros estabelecidos pela sociedade de inserção social, como das minorias.

Ainda sobre as políticas públicas educacionais de acordo com a perspectiva de inserção, “expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico. Dizem respeito a áreas específicas de intervenção. Cada uma delas, por sua vez, pode se desdobrar em outras” (VIEIRA, 2007, p. 56). Com base nas constituições promulgadas no Brasil, em sua maioria, as políticas educacionais sempre estiverem presentes no texto legal. (LIMA; DAVEL, 2018).

Conforme Oliveira (2010) as escolas são os ambientes educacionais que compõem o sistema de atendimento da sociedade nas demandas da educação, pois é composta por diversos atores que articulam entre si medidas que promovem o ensino-aprendizado.

A implementação eficaz das políticas educacionais só é possível com o cumprimento do planejamento de execução das políticas e a realização das devidas correções com base nas avaliações de efetivação da política. A criação de estratégias para a manutenção dos discentes nas escolas é de suma importância para sua

permanência no ambiente escolar, bem como os programas de assistência estudantil que efetivamente, contribuem potencialmente para a democratização do ensino, principalmente o superior (LIMA; DAVEL, 2018, p. 56).

Sabe-se que o acesso à Educação Superior, no Brasil, é um tema bastante relevante na universidade, diante da crescente demanda social e até mesmo mercadológica. Entretanto, somente com a implantação do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que tem como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2008).

As políticas de assistência estudantil são fornecidas pelas Instituições de Ensino Superior da Federação, que com base nas demandas de discentes carentes, se propõem a atender o máximo possível de usuários. Mesmo com o enfrentamento de diversos desafios para a execução dessas políticas, a permanência dos estudantes é fundamental para que a economia brasileira seja movimentada bem como a qualificação dos cidadãos. (LIMA; DAVEL, 2018).

A etapa de avaliação das políticas públicas no contexto educacional também merece destaque, pois é a partir das avaliações que decisões assertivas sobre o futuro da democratização do ensino podem ser tomadas. “Do ponto de vista processual-operacional as políticas educacionais tornam-se obsoletas e/ou inócuas se não forem continuamente revisitadas posto que a sociedade está num movimento em contínua transformação” (SOCZEK, 2013, p. 72).

Diante dos desafios enfrentados para a efetivação da democratização do ensino superior, o Brasil vem tentando implantar medidas ao decorrer de sua história para a promoção da educação, mesmo com os números cada vez maiores para o atendimento da quantidade de alunos formados no ensino superior com qualidade (CUNHA et al., 2014, p. 6).

Atualmente, o Ministério da Educação é o principal órgão competente para promover a ampliação e a democratização dos meios de acesso e permanência no ensino superior no Brasil. “Para tanto, não basta crescer a oferta de vagas na educação superior. É preciso garantir qualidade. Da mesma forma, é fundamental que se faça promovendo inclusão social pela educação em todos os níveis. Por fim, a questão da territorialidade” (BRASIL, 2008). No Quadro 2 abaixo, pode-se observar alguns programas que visam a democratização do ensino superior.

PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO	SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
PROUNI - Programa Universidade para Todos	Estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda <i>per capita</i> familiar máxima de três salários mínimos	Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas de educação superior	ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Financiamento Estudantil	Estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação	Inserção dos jovens carentes em Universidades Privadas	Índice de classificação do candidato critérios como renda familiar <i>per capita</i> , desempenho acadêmico, condições de moradia, conclusão de ensino médio na rede pública, raça, condição de professor da educação básica, ausência de diploma de nível superior e outros
SISU – Sistema de Seleção Unificada	Estudantes egressos do nível médio	Promover a democratização do ensino superior público no Brasil	Egressos que apresentam nota satisfatória no ENEM
PET – Programa de Educação Tutorial	O PET concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação	Melhoria da graduação, por meio da formação acadêmica ampla e de qualidade e da fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social dos estudantes universitários	Um grupo por curso, orientado pelo princípio da Educação Tutorial e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
PIBID -Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência	Estudantes regularmente matriculados em cursos de licenciatura	Incentivo à formação inicial de professores para a Educação Básica, a melhoria do ensino nas escolas da rede pública e a integração da educação superior com a educação básica.	Edital próprio do programa
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Universidades Federais	Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos	-

Quadro 2 - Exemplos de Programas de Democratização da Educação no Ensino Superior

Fonte: Adaptado de BRASIL (2008).

Dos programas citados acima, merecem destaque o PROUNI, o FIES e o SISU,

pois são programas que atendem milhares de estudantes em todo o país.

O PROUNI, criado em 2004, é um programa de inserção de alunos bolsistas em centros de ensino superior privados, para o candidato ser contemplado, faz-se necessário que uma série de critérios sejam preenchidos, que partem da renda mensal da família, tipo de escola de origem do ensino médio e pontuação no ENEM. Interessante que o candidato pode acumular o PROUNI com o FIES, pois em alguns casos, o aluno não preenche todos os requisitos para aquisição de bolsa integral, sendo assim, pode-se utilizar o FIES para financiar o restante da mensalidade do curso almejado. O PROUNI também possui um sistema de cotas para alunos deficientes, autodeclarados pretos, pardos e indígenas (CUNHA et al., 2014).

Já o SISU, promove a inserção de estudantes em universidades públicas de ensino superior com o uso das notas obtidas no ENEM. Com notas maiores que zero na redação, os estudantes podem se candidatar a uma vaga em instituições públicas. O SISU seleciona por ordem de pontuação, os alunos que irão se matricular nas universidades dentro do número de vagas ofertadas pela instituição de ensino. Ressalta-se que nem todas as universidades públicas no país já aderiram ao SISU, muitas, por motivos excepcionais ainda mantêm o sistema próprio de vestibular, outras, já aderiram com certos percentuais de vagas por ingresso via SISU e o restante por vestibular próprio (CUNHA et al., 2014).

No caso do FIES, o programa promove a possibilidade de financiamento de cursos de nível superior a alunos em instituições de ensino privadas. Nessa modalidade, milhões de estudantes já foram atendidos.

A promoção dos programas de democratização do ensino superior, demonstra que a educação é um fator fundamental para as mudanças culturais no Brasil, as políticas públicas que se atentam a essas demandas, buscam proporcionar a democratização da ciência e da tecnologia.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento realizado, observou-se que para se obter uma política pública eficiente, o analista de políticas públicas deve ter uma visão holística e possuir muito conhecimento sobre os mais variados contextos sociais. Os estudos teóricos, devem explorar as diversas variáveis que integram a temática e a complementam.

Nesse tipo de tema percebe-se a importância da atuação do Estado na vida das pessoas que compõem a sociedade. De modo geral, a responsabilidade dos atos advindos do governo impacta nas camadas sociais, podendo gerar benefícios e malefícios.

Como mencionado no início da pesquisa, esta breve revisão bibliográfica não possui o objetivo de esgotar essa temática, principalmente, por se tratar de um tema que ainda gera muitas discussões e debates entre os estudiosos.

A promoção da democratização do ensino superior no Brasil ainda possui um longo caminho em construção, pois as variáveis que integram todo o arcabouço que as políticas públicas estão inseridas são complexas e demandam conhecimentos variados e sempre atualizados.

Como propostas para trabalhos futuros sobre a temática, propõem-se que os programas de democratização do ensino superior público sejam identificados e analisados quanto a atuação local, questionando a eficiência na implementação das políticas públicas educacionais que compõem.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. de J. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. ano 02, vol. 01, p. 253-263, 2017.

BERGUE, S. T. Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações Conceituais Possíveis e Distanciamentos Necessários. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 2, p. 77-93, 2013.

BRASIL, S. DE E. S. Tipos de Políticas de Educação Superior - Folder do SESU. p. 24, 2008.

CUNHA, L. C. V. DA et al. Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso , expansão e equidade. **Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2014.

FREITAS, M. O. **Políticas Públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania**. III Encontro de Pesquisa em Comunicação e Cidadania. **Anais...**2009.

JESUS, R. B. DE. Políticas Públicas E O Ciclo De Políticas: Uma Análise Da Política De Mato Grosso. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, n. 14, 2014.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil : estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Organizações em Contexto**, v. 14, p. 53-91, 2018.

SOCZEK, D. Políticas públicas em educação : apontamentos reflexivos sobre o PDE – programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná. **Revista Intersaberes**, v. 8, n. Especial, p. 68-81, 2013.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Rbpae**, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas. 2002. 176 p.

KLEINA, C; RODRIGUES, K. S. B. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1. Ed. Paraná: IESDE Brasil. 2014. 188 p.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **INTERFACE**, ed. 05, out. 2012, p. 49-54.

LOPES, B. AMARAL, J. N. CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

LOPEZ, F.; BORGES, J.; SILVA, N. **Quem decide? Formação da agenda e formulação de políticas no executivo federal**. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2400).

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. PUC de Goiás, 2010, p. 93-99.

RAEDER, S. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, vol. VII, n. 13, p. 121-146.

SANTOS, C. S. dos. **Implementação de políticas públicas, um processo contínuo de formulação da agenda?** In: XVII ENANPUR. São Paulo, p. 1-11, 2017.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica.** [s.l: s.n.].

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOCZEK, D. Políticas públicas em educação : apontamentos reflexivos sobre o PDE – programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná. **Revista Intersaberes**, v. 8, n. Especial, p. 68–81, 2013.

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas.** In. CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 174, 175, 182

Avaliação contínua 37, 42

Avaliação da Educação Básica 49, 51, 52, 58, 59, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 191, 258, 262

Avaliação institucional 47, 73

B

Bases Tecnológicas 14

C

Cidadania Planetária 98, 99

Conectivismo 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 97

Construcionismo 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96

Currículo Escolar 137

D

Debate Paradigmático 115, 116

Desenvolvimento profissional 149, 153, 155, 160

E

Educação de Jovens e Adultos 14, 107, 209, 210, 214, 217

Educação Domiciliar 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Educação Profissional e Tecnológica 105, 106, 109, 113, 114, 362

Estado neoliberal 49, 57

Estratégias de ensino-aprendizagem 105

F

Formação continuada 114, 338, 343

Formação de professores 13, 36, 135, 149, 362

Formação omnilateral 105

G

Graduação presencial 37

I

Identidade Cultural Negra 137

Informática Educativa (IE) 86
Informática na Educação 1, 13, 87
Inovação Pedagógica 161, 167
Instrucionismo 86, 87, 88, 89
Internet das Coisas 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24

L

Literatura infantil 174

M

Meritocracia 49, 58

P

Paulo Freire 17, 93, 119, 123, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 210, 220, 234, 307, 324, 330
Pensamento Complexo 329, 338, 339, 340, 341, 342, 346, 347
Perfil Computacional 1
Performatividade 149
Políticas públicas de avaliação 49, 73
Prática docente 25
Projeto de Vida 98, 101, 102
Projeto político-pedagógico 73

R

Regulação social 149
Resignificações 149

S

Saúde Comunitária 98, 102, 104
Saúde Ecológica 98, 101, 102, 103, 104
Socialização 199

T

Tecnologias e Mídias digitais 338, 343, 347
Transdisciplinaridade 263, 267, 272, 274, 326, 327, 329, 332, 337, 348

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-553-2



9 788572 475532